

A deliberação nos *media*: apontamentos conceituais

A resolution in the media: conceptual notes

Uma resolución em los médios de
comunicación: notas conceptuales

ROUSILEY C. M. MAIA



Marciano Freire

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham (Inglaterra). É professora-associada e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública dessa instituição.

E-mail: rousiley@fafich.ufmg.br

MAIA, Rousiley C. M. A deliberação nos *media*: apontamentos conceituais. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 81-101, 2. sem. 2008.

Resumo

Este artigo tem por objetivo conceituar a deliberação no próprio ambiente da comunicação de massa. Assumo como premissa que o “intercâmbio de razões em público”, através de uma rede de opiniões publicadas, constitui um fenômeno com características próprias, que merece ser investigado independentemente dos “efeitos” que as mensagens possam causar na audiência. Partindo do quadro teórico deliberacionista e dos estudos de mídia, busco explorar as características essenciais da chamada “deliberação mediada”, a partir dos seguintes indicadores: (a) acessibilidade e caracterização dos participantes; (b) uso de argumentos; (c) reciprocidade e responsividade; (d) reflexividade e reversibilidade de opiniões.

Palavras-chave: *Media* – Democracia deliberativa – Jornalismo.

Abstract

The aim of this paper is to conceptualize deliberation within the mass media ambient. I assume as premise that the “public interchange of reasons”, through a net of published opinions, constitutes a phenomenon with characteristics of its own that deserves to be explored, regardless of the effects the messages may provoke in the audience. Taking into consideration the deliberative framework and media studies, I explore the main characteristics of the so-called “mediated deliberation”, according to the following indicators: (a) accessibility and characterization of participants; (b) use of arguments; (c) reciprocity and responsiveness; (d) reflexivity and reversibility of opinions.

Keywords: Media – Deliberative democracy – Journalism.

Resumen

Este artículo intenta conceptualizar la deliberación en el propio ambiente de la comunicación masiva. La premisa es que el “intercambio de razones en público” a través de una red de opiniones que son publicadas constituye un fenómeno de características propias y que debe ser investigado independentemente de los “efectos” que las mensajes puedan tener en las audiencias. Desde el cuadro teórico deliberacionista y de los estudios de *media*, se busca explorar las características esenciales de la “deliberación mediada”, a partir de los siguientes indicadores: a) accesibilidad y caracterización de los participantes; b) uso de argumentos; c) reciprocidad y responsividad; d) reflexividad y reversibilidad de opiniones.

Palabras claves: *Media* – Democracia deliberativa – Periodismo.

Dentro da vasta literatura sobre “deliberação pública”¹, um crescente número de estudos tem investigado o papel dos *media* em propiciar informações para que os cidadãos formulem seus interesses, avaliem alternativas para problemas públicos e promovam discussões políticas. Existem várias linhas de pesquisa nesse campo. Alguns pesquisadores vêm explorando o desempenho do jornalismo em fornecer ou não informações qualificadas e pontos de vista pluralistas para ajudar os indivíduos a formar suas opiniões (NORRIS, 2000; GAMSON, 1993; NEUMAN, JUST e CRIGLER, 1992; NEWTON, 1999; SCHEUFELE, 1999, SCHUDSON, 1995, p. 212).

Outra linha de pesquisa investiga a importância da discussão interpessoal para que os indivíduos expandam as perspectivas das informações que circulam nos *media*, aprimorem seus entendimentos sobre questões políticas e refinem opiniões (DELLI et al., 2004; KIM, WYATT e KATZ, 1999). Nesse sentido, alguns pesquisadores têm mostrado a importância de considerar certas variáveis – como *status* socioeconômico, gênero, idade e inclinação política – para compreender como as pessoas usam as informações fornecidas pelos *media* em suas discussões políticas (BENNETT et al., 2000; CONOVER, SEARING e CREWE, 2002; SCHEUFELE, 2000). A aquisição de habilidades políticas e deliberativas também está relacionada com a frequência das conversações políticas, com a extensão das redes de discussão e com a heterogeneidade dos participantes (MCLEOD, SCHEUFELE e MOY, 1999; MUTZ e

¹ Cohen (1996, 1997); Gutmann e Thompson (1996, 2003, 2004); Habermas (1996a); Bohman (2000); Bohman e Regh (1997); Dryzek (1990, 2000, 2004); Benhabib (1996); Cohen e Arato (1992); Fishkin e Laslett (2003); Maia (2004, 2006b); Cooke (2000); Shapiro (2002); Chambers (1996).

MARTIN, 2002; MOY e GASTIL, 2006; SCHEUFELE 2002). Considerando as novas modalidades de mídia, os pesquisadores têm investigado as características da discussão *on-line* e práticas de deliberação por meio da internet (DALBERG, 2002; DAHLGREN, 2005; SAVIGNY, 2002; WILHELM, 1999).

Mas como pensar o processo de deliberação no próprio ambiente da comunicação de massa? Por certo, os meios de comunicação de massa respondem por importantes componentes do processo de “trocar argumentos em público”. Não há outro espaço para divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão. Além disso, os *media* são fundamentais para definir quem se comunica com grandes audiências. É possível falar em deliberação no ambiente mediático? Alguns autores mostram-se céticos quanto à capacidade de os meios de comunicação de massa atuarem como uma plataforma para a deliberação pública, seja porque as organizações da mídia são dirigidas por forças de mercado e pela lógica da “infotainment” (MCCHESENEY, 1999; MEYER, 2002), seja porque os atores sem poder político e econômico são incapazes de deixar suas “marcas” no domínio dos *media* (ENTMAN, 1993).

A visão dos *media* – e, em particular, do jornalismo – como fórum de debate cívico é bastante familiar aos estudos da Comunicação (DAHLGREN, 1995; DAHLGREN e SPARKS, 1993; GUREVITCH e BLUMLER, 1990; HABERMAS, 1989; NORRIS, 2000). Meu argumento, neste artigo, é que os *media* podem ser vistos como um “locus” para a deliberação e para a troca pública de argumentos. Autores diversos têm procurado defender essa idéia, valendo-se de tradições de pensamento distintas dentro dos estudos de mídia (BENNETT et al., 2004; ETTEMA, 2007; HABERMAS, 2006; PAN e KOSICKI 2003; SIMON e XENOS, 2000).

Este artigo tem por objetivo lançar luz sobre o modo pelo qual a deliberação ocorre na esfera de visibilidade dos *media*. Não busco explorar se a informação proporcionada pelos meios de comunicação é ou não adequada – em termos de volume e qualidade – para a deliberação pública e nem investigar como as pessoas selecionam e usam a informação mediática, a fim de chegar a julgamentos políticos. Ao invés disso, minha preocupa-

ção é esclarecer como se pode conceituar e avaliar a deliberação mediada. A deliberação que opera através da comunicação de massa é um fenômeno com propriedades próprias e que deve, portanto, ser abordado por meio de ferramentas ou de indicadores derivados do quadro teórico deliberacionista.

Este artigo está organizado do seguinte modo: na primeira seção, apresento sinteticamente as principais características do conceito de deliberação pública, a fim de delinear a noção de deliberação mediada. Na segunda seção, aponto os seguintes indicadores para elucidar as propriedades definidoras da deliberação mediada: (a) acessibilidade, identificação e caracterização dos participantes; (b) uso de argumentos; (c) reciprocidade e responsividade; (d) reflexividade e revisibilidade de opiniões. Finalmente, na conclusão, sugiro como os indicadores apresentados podem ser utilizados em trabalhos futuros.

O conceito de deliberação mediada

A deliberação é normalmente evocada quando há controvérsias sobre opiniões ou divergências morais entre os participantes da discussão, e eles podem escolher cursos alternativos de ação. Os interlocutores devem sustentar seus próprios pontos de vista com argumentos e contestar os argumentos contrários, oferecendo e aceitando razões que sejam acessíveis e potencialmente aceitáveis para os outros. Trata-se de uma atividade cooperativa, “em prol do objetivo”, de acordo com Bohman (1996, p. 27), “de resolver situações problemáticas que não podem ser resolvidas sem a coordenação e a cooperação interpessoal”. Gutmann e Thompson (2004, p. 7) definem democracia deliberativa como

uma forma de governo na qual cidadãos livres e iguais (e seus representantes) justificam suas decisões e na qual oferecem uns aos outros razões que sejam mutuamente aceitáveis e acessíveis a todos, com o propósito de se chegar a uma conclusão que produza vínculos entre todos no presente, mas que esteja aberta à revisão no futuro.

Apesar de diferenças em suas visões, os autores deliberacionistas concordam em que as seguintes condições devem ser

garantidas, para se caracterizar minimamente um processo deliberativo:

(a) *publicidade e transparência na troca de informações e razões entre participantes que introduzem e criticam proposições.* De acordo com os autores deliberacionistas, condições apropriadas de proteção são necessárias para impedir que ameaças ou barganhas determinem decisivamente os resultados das trocas deliberativas. Na troca dialógica irrestrita, os argumentos deveriam ser validados por suas próprias qualidades de gerar persuasão e livre assentimento, sem o uso da força, da coerção, da chantagem ou da ameaça, a fim de serem reciprocamente aceitos (FISHKIN, 1991, p. 31-33; COHEN, 1996, p. 103-108; HABERMAS, 1996a, p. 306-308);

(b) *inclusão e oportunidades iguais de participação.* A deliberação pressupõe uma escuta efetiva de todo o leque de interesses que possuem desdobramentos significantes. A deliberação deve ser inclusiva e pública. Ninguém pode ser excluído, em princípio; todos aqueles que são possivelmente afetados pelas decisões deveriam ter chances iguais de tomar parte na deliberação (COHEN, 1997, p. 74). A igualdade política, nesse sentido, envolve não apenas a igualdade política formal por meio de procedimentos que consideram igualmente as preferências de cada cidadão, mas, também, o respeito moral. Nas palavras de Cooke (2000, p. 955),

todos são considerados capazes (em princípio) para fazerem julgamentos instruídos e criteriosos de questões morais; mais precisamente, trata-se da demanda de que ninguém deve ser desconsiderado em função de raça, sexo, classe e assim por diante. A contribuição de cada cidadão deve ser vista como merecedora de consideração.

(c) *propósito de alcançar resultados razoáveis.* Democratas deliberativos não esperam que sempre ou usualmente a deliberação leve a consenso (COOKE, 2000, p. 952; DRYZEK, 2004, p. 17; SHAPIRO, 2002, p. 200). “A deliberação pode trazer à tona divergências, ampliando as discordâncias mais do que as reduzindo” (SHAPIRO, 2002, p. 198). De qualquer modo, quando os participantes do debate lidam com discordâncias de modo

deliberativo, eles podem produzir um entendimento mútuo, fazendo, deste modo, com que os conflitos morais e as questões controversas se tornem mais tratáveis. Ao expandir essa visão para uma teoria política mais abrangente, Gutmann e Thompson (2004, p. 7) afirmam que

os cidadãos e seus representantes podem continuar a trabalhar juntos para encontrar um terreno comum, se não nas políticas que geram a discordância, mas, pelo menos, nas políticas correlacionadas com as quais eles têm boas probabilidades de encontrar concordância.

(d) *abertura para rever e reverter normas e decisões no futuro.* Os participantes revisam preferências à luz da discussão de novas informações e da demanda dos parceiros (CHAMBERS, 2003, p. 309). Considerar os resultados da troca argumentativa como provisórios é importante para que a deliberação possa ser retomada em outro instante. A deliberação é um processo dinâmico porque os processos de entendimento são imperfeitos, as informações, incompletas, as preferências se modificam (BOHMAN, 1996, p. 47-57; COHEN, 1996, p. 103-108; GUTMANN e THOMPSON, 2004, p. 3-7; HABERMAS, 1996a, p. 306-308).

O quadro teórico da deliberação tem influenciado muitos pesquisadores a investigar como esta deliberação pode ocorrer no contexto da comunicação de massa. Em um recente artigo, Habermas (2006, p. 414-415), ao indagar sobre o papel que os *media* desempenham no processo ampliado de deliberação, reconhece que a comunicação mediada carece das características da deliberação genuína. Como ele explica, há “(a) uma falta de interação face a face entre participantes presentes em uma prática compartilhada de tomada de decisão coletiva e (b) uma falta de reciprocidade entre o papel de falante e ouvinte, em uma troca igualitária de reivindicações e opiniões”. O autor, apesar disso, postula que esses não são fatores *per se* que poderiam negar a aplicabilidade do modelo deliberativo no domínio dos *media*. “A comunicação mediada não necessita adequar-se ao padrão estrito de definição de deliberação.” A ausência da interação face a face não impede que os participantes de um

debate, ao se expressarem nos *media*, referenciem-se mutuamente em relação a uma mesma matéria; justifiquem ou expliquem suas proposições, respondam às reações e às objeções dos outros e, ainda, revisem suas crenças, suas opiniões, seus vocabulários e seus modos de expressão.

Desenvolvendo essa linha de indagação, autores como Benjamin Page (1996) e James Ettema (2007) investigam como a deliberação concernente a certas controvérsias públicas – como a guerra do Iraque, os motins de Los Angeles, a questão da pena de morte nos Estados Unidos – desdobram-se através do jornalismo, por profissionais da comunicação. Eles analisam a “deliberação construída” nos editoriais e nas colunas de opinião, dando a ver a variedade de autores e a extensão de posições expressas por “comunicadores profissionais”, os quais “interagem uns com os outros e falam para amplas audiências” (PAGE, 1996, p. 17). Nesse sentido, James Ettema (2007, p. 145) aponta que os agentes dos *media* atuam como atores que proporcionam importantes razões para o debate público: “[eles] agressivamente buscam, rigorosamente testam e persuasivamente propõem razões que satisfaçam os critérios básicos da democracia deliberativa”. Assim sendo, os agentes dos *media* abraçam um paradoxo nos processos de deliberação mediada: atuam tanto como participantes ativos – isto é, “falantes comprometidos” – como, também, “moderadores”, agenciando vozes dos demais atores sociais.

Em muitos jornais e em outras emissões dos *media* de massa, a expressão de pontos de vista políticos, de argumentos e de posicionamentos não fica restrita a editoriais e a colunas opinativas, mas, também, penetra a narrativa das notícias. Considerando a deliberação como um processo de longo prazo, Adam Simon e Michel Xenos (2000) e Zhongdang Pan e Gerald Kosicki (2003) usam uma variável de análise de enquadramentos para examinar como posições concorrentes a respeito de questões controversas se desdobram nas notícias. Simon e Xenos (2000, p. 369, 368) analisam como as fontes introduzem reivindicações nas discussões, encorajando outros a responderem a elas, “dando início a uma cadeia de argumentos e contra-argumentos, refutações e réplicas”. Ao investigar a cobertura jornalística de uma greve nacional nos

Estados Unidos, tais autores procuram evidenciar que “múltiplas questões são consideradas publicamente e desaparecem da discussão na medida em que são resolvidas”. Nesse estudo, o que os autores denominam “padrão deliberativo”, no entanto, não fica suficientemente claro, já que a deliberação é caracterizada por diversas propriedades, como apontado acima.

Uma contribuição importante nesse campo é feita por Lance Bennet (2004, p. 437) e seus colegas, que desenvolveram três indicadores para apreciar a deliberação mediada. São eles: *acesso* de muitas e diversas vozes ao debate; *reconhecimento* dessas vozes como comparáveis qualitativamente e *responsividade*, entre interlocutores com vozes opostas, a consideração dos argumentos dos outros no próprio argumento. Esses indicadores têm o propósito de fazer com que os pesquisadores se tornem sensíveis à detecção da deliberação dentro das notícias jornalísticas, avaliando também a qualidade das práticas empíricas de deliberação.

Estes estudos demonstram que a deliberação mediada é um processo difuso, que se constitui através de múltiplos veículos de comunicação, englobando os meios massivos tradicionais, aqueles segmentados ou alternativos, e, ainda, a internet. Este é um processo distendido através do tempo, que articula diferentes arenas discursivas ou ambientes de conversação. Podemos ter em mente, como exemplo dessas arenas discursivas, as discussões e deliberações estruturadas que ocorrem em espaços institucionais e formais do centro do sistema político, como cortes, parlamentos e câmaras governamentais; as argumentações em fóruns de instituições autonomamente organizadas e intrinsecamente ligadas ao governo, como partidos políticos, universidades, câmaras, fundações; debates em fóruns de associações voluntárias, grupos de interesse ou de movimentos sociais; e, ainda, as conversações cotidianas entre ativistas políticos, públicos informados e leigos. O processo deliberativo ampliado acerca de contendas ou controvérsias particulares deve ser pensado em sua globalidade, evitando-se a circunscrição da deliberação a trocas de razões específicas em um fórum determinado (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008).

Os agentes dos *media* podem agrupar pontos de vista e discursos advindos de diferentes setores da sociedade. Podem absor-

ver e dar continuidade a debates iniciados em ambientes específicos, conferindo-lhes ampla visibilidade. Obviamente, boa parte da política se desenvolve em segredo, longe dos holofotes dos *media*, sendo que os atores políticos buscam, cuidadosamente, não revelar elementos desta zona de “segredo” por atos de descuido. Esforçam-se, em igual medida, para impedir que opositores políticos ou profissionais da mídia o façam. Contudo, muitos atores políticos são compelidos ou buscam espontaneamente justificar seus atos e suas políticas em público, fazendo com que as razões sejam publicamente conhecidas. A partir do momento em que proposições, planos, idéias ou argumentos tornam-se disponíveis para o grande público, os interlocutores passam a considerar os fatores da publicidade, para configurar a própria expressão e os possíveis efeitos de seus proferimentos e de sua conduta. As opiniões publicadas tornam-se disponíveis ao conhecimento comum e podem ser mobilizadas, criticadas, complementadas ou refutadas por outros atores sociais, seja nos ambientes privados protegidos de publicidade, seja nos ambientes públicos, de ampla visibilidade, como nos próprios *media*. Por isso mesmo, os requisitos advindos dos princípios da publicidade e da justificação política permanecem importantes para a qualificação das práticas democráticas. Mas como abordar e tratar a deliberação no ambiente dos *media*? Na seção seguinte, apresentarei alguns indicadores que permitem reconhecer e avaliar a deliberação mediada.

Indicadores da deliberação mediada

Em outros trabalhos, busquei desenvolver mais detalhadamente os seguintes indicadores para identificar e apreciar a deliberação mediada: a) acessibilidade e caracterização dos participantes; b) utilização de argumentos; c) reciprocidade e responsividade; d) reflexividade e revisibilidade de opiniões (MAIA, 2008, 2006). Para que esses indicadores sejam utilizados em pesquisas específicas, é preciso estabelecer maior detalhamento das modalidades particulares de *media* – com suas instituições típicas, seus modos de operação, suas modalidades de construção de sentido e de endereçamento. A análise que se segue referencia-se, sobretudo, nos padrões do jornalismo.

a) *Acessibilidade e caracterização dos participantes.* Para caracterizar a deliberação mediada, é preciso, primeiramente, indagar quem ganha acesso aos canais da mídia e se constitui como fonte para os textos jornalísticos. Quais são as condições de inclusão e quais os espaços ou tempos alocados às fontes? Este indicador aponta o grau de inclusividade dos diferentes atores nos debates mediados. Identifica os papéis institucionalmente definidos dos atores e o universo de expectativas associadas a eles.

Os profissionais dos *media* operam por meio de uma clara seleção de fatos, sendo que apenas alguns deles conquistam o *status* de “fatos noticiáveis” ou se mostram capazes de chamar a atenção das audiências (GANS, 2003; GHANEM, 1997; MCCOMBS, SHAW e WEAVER, 1997; PROTESS e MCCOMBS, 1991). Além disso, os profissionais da comunicação oferecem aos atores sociais oportunidades altamente desiguais de acesso aos canais dos *media*, sendo que a rotina jornalística privilegia as fontes oficiais para organizar suas estórias (TUCHMAN, 1978; NORRIS, 2000, p. 26; MEYER, 2002; MCLEOD e DETENBER, 1999). Como apontado por diversos autores, os agentes da mídia produzem um discurso de elite, isto é, um discurso de pessoas que dedicam grande parte de suas atividades à política e às questões públicas (BERINSKY e KINDER, 2006; CHONG e DRUCKMAN, 2007; HABERMAS, 2006). De acordo com Berinsky e Kinder (2006, p. 641),

presidentes, membros do Congresso, ativistas, analistas políticos, candidatos e funcionários públicos estão todos engajados, em maior ou em menor grau, em uma conversação a respeito do significado dos eventos atuais. Essa conversação é elaborada, pelo menos em parte, tendo o público em mente e ela se torna, através de vários modos, acessível aos cidadãos comuns.

Além disso, o acesso aos *media* se constitui de modo altamente diferenciado: ser objeto das narrativas jornalísticas é distinto de ter as “falas tal como proferidas” incorporadas em tais narrativas, o que, por sua vez, difere da oportunidade de aparecer como o próprio autor do discurso (GITLIN, 1980;

GAMSON e MODIGLIANI, 1989; FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH, 1995, p. 81; REESE, GANDY JR. e GRANT, 2003; PAN e KOSICKI, 2003). Os agentes dos *media* utilizam vários recursos para conceder ou retirar legitimidade de certas vozes e hierarquizar os discursos nas narrativas jornalísticas.

b) *Utilização de argumentos.* Para a caracterização de um processo deliberativo, é preciso indagar, em segundo lugar, se os participantes apresentam razões para sustentar suas visões, suas preferências, suas recomendações e seus comandos. Busca-se o convencimento por meio de argumentos e procedimentos demonstrativos? Este indicador refere-se ao aspecto crítico-racional do discurso e à organização das posições e contraposições. Por certo, os *media* produzem e fazem circular bens simbólicos de natureza altamente distinta, desde programas ficcionais e entretenimento, pastiches, programas educativos e científicos, até programas jornalísticos com padrões e formatos variados. Esses bens simbólicos possuem linguagens e estilos de narração diversificados, difundindo mensagens com valor cognitivo muito distinto. Em meio a essa grande variedade de conteúdos presentes na esfera de visibilidade dos *media*, determinados atores fazem avançar argumentos, sustentando ou refutando proposições de maneira pública. A troca de argumentos no ambiente mediático se espalha em veículos diversos, por meio de um conjunto de pequenas matérias que exploram aspectos pontuais: dados contextuais, entrevistas, duelo de idéias, apreciações de especialistas etc. Em um mesmo veículo, como um jornal, por exemplo, as controvérsias se desdobram em uma variedade de espaços (diferentes editoriais, espaços reservados para opinião, carta de leitores, editorial etc.). É possível dizer que a deliberação mediada se desenrola por meio de vários “lances discursivos”, ao invés da troca de uma extensa linha argumentativa, desenvolvida e apresentada de uma única vez. Pequenos pontos são apresentados e/ou trocados, ao contrário de longos proferimentos sobre posições. Frequentemente, apenas fragmentos do discurso de um determinado ator são encampados na esfera de visibilidade dos *media*, editados e recompostos em termos de discussão ou integrados a novos textos. Em certas circunstâncias, os jornalistas e

comentaristas podem fornecer “atalhos cognitivos”, destacando as principais posições e as linhas argumentativas em disputa, a fim de que essas se tornem mais facilmente acessíveis à audiência (MANCINI, 1999; NORRIS, 2000, p. 212; CORREIA, 2002; NEUMAN, JUST e CRIGLER, 1992). Em igual medida, os agentes da mídia podem simplesmente acolher determinados pontos de vista e advogar em favor deles, caracterizando negativamente as posições adversárias, antes mesmo de apresentá-las.

c) *Reciprocidade e responsividade*. Para caracterizar o processo deliberativo, além de observar se os atores buscam justificar as próprias proposições de modo esclarecedor, é preciso verificar se há diálogo ou possibilidade de respostas mútuas entre as fontes com diferentes reivindicações. Os atores procuram justificar suas posições diante das questões em tela? Quem responde a quem? Este indicador possibilita a identificação da interação discursiva entre os atores em um determinado contexto. Para se constituir um debate, é preciso haver certo grau de reciprocidade entre os sujeitos ou atores, vistos como parceiros do diálogo. No entanto, não é necessário haver uma reflexão ponto a ponto de todas as indagações feitas. Em qualquer debate, algumas proposições se provam mais relevantes que outras, são acatadas e desenvolvidas pelos participantes, enquanto outras são negligenciadas, suprimidas ou, mesmo, ignoradas. Algumas contendas podem ser retomadas em processos de debates posteriores, para melhor definição das questões, das recomendações e do encaminhamento de soluções.

Num debate, há reciprocidade quando os atores se referenciam mutuamente a uma determinada questão e oferecem respostas às perguntas feitas. Para a eficácia do debate, não é preciso supor linearidade completa na discussão. No texto jornalístico, percebe-se que as discussões podem se multiplicar e se modificar, ao se ramificarem por diferentes editorias (de política, de economia, de cotidiano, de polícia etc.). Em diferentes espaços, os argumentos podem divergir ou se sobrepor uns aos outros, de modo não-contíguo. Estudos empíricos sugerem que os participantes do debate, muitas vezes, defendem suas próprias visões e vigorosamente criticam outras posições, mas poucos reconhecem a força das críticas endereçadas a eles ou admitem

a necessidade de modificar e estabelecer novos compromissos no curso mesmo da própria argumentação (GASTIL e LEVINE, 2005; MAIA, 2008; SIMON e XENOS, 2000, p. 10). Em alguns casos, o debate não chega a se estabelecer porque os interlocutores ficam enclausurados na repetição de suas proposições iniciais e não se abrem ao movimento do diálogo. A negligência sistemática em relação às preocupações dos outros ou o silêncio continuado diante de críticas afetam a imagem pública dos atores políticos, minam a credibilidade das proposições lançadas e o respeito às decisões tomadas. A fim de se definirem as posições no campo discursivo, são fundamentais a qualidade dos argumentos – isto é, a capacidade de dar respostas às proposições problemáticas baseando-se nas melhores informações disponíveis, em um dado contexto – e, também, a credibilidade empírica e a comensurabilidade com a experiência.

d) *Reflexividade e revisibilidade de opiniões.* Por fim, para caracterizar a deliberação, é preciso verificar se, diante dos argumentos encetados pelos participantes, é possível notar mudanças de posição ou de preferências inicialmente expressas. Tal indicador aponta para um processo de aprendizagem, pelo qual os participantes podem rever as próprias opiniões, ou os próprios argumentos, a fim de incorporar novos aspectos ou de aperfeiçoar as razões em disputa. Os meios de comunicação permitem o registro durável dos “lances discursivos” e dos posicionamentos assumidos pelos participantes do debate. Na esfera de visibilidade dos *media*, os sujeitos podem ser contestados por adotarem perspectivas restritas, que negligenciam ou prejudicam os demais; podem ser questionados por abraçarem representações equivocadas ou por usarem termos considerados ofensivos ou preconceituosos. Pesquisas empíricas sobre processos deliberativos nos *media* têm evidenciado que, quando se consideram as posições e contraposições num dado período de tempo, é possível perceber que os atores não só reformulam seus argumentos, mas também passam a se referir a questões que antes negligenciavam; encampam novas proposições ou, mesmo, vocabulários utilizados por outros atores (MAIA, 2008; REIS e MAIA, 2006; SANTIAGO e MAIA, 2005; MARQUES, 2007). Em alguns casos, os participantes admitem,

consciente e explicitamente, a transformação deles mesmos e de seus discursos, por meio da interação e da incorporação de melhores argumentos.

Considerações finais

O ambiente dos *media* é formado por variáveis complexas, relacionadas ao desempenho de seus profissionais que interagem com os agentes dos outros sistemas sociais e com o contexto sócio-histórico. A produção da comunicação mediada envolve uma atividade de seleção de episódios, de escolha de fontes de informação, de atribuição de ênfases e de ordenamento de vozes. São vários os recursos narrativos e estilísticos que os agentes dos *media* manuseiam para conceder ou retirar legitimidade aos discursos de agentes sociais, para hierarquizar os modos de conceber os problemas públicos e as recomendações de soluções, sendo que esses recursos nem sempre são utilizados de modo consciente. Como discutimos ao longo deste artigo, os agentes dos *media* desempenham um papel ambíguo na construção da deliberação mediada – seja atuando como ativos provedores de razões para o público, seja atuando como agenciadores de vozes e discursos dos atores sociais.

No debate público que se desenrola nos *media*, muitos atores sociais são excluídos; muitos mentem, ludibriam, trazem à tona razões privadas e egoístas ou, ainda, deixam de ouvir respeitosa-mente os outros, resistem à negociação das diferenças e à revisão da própria posição. Contudo, muitos agem como se reconhecessem a obrigação de justificar suas preferências diante de uma audiência ampliada e, assim, engajam-se numa comunicação pública. Graus de acesso, de uso de argumentos críticos, de reciprocidade/responsividade e de reflexividade/revisibilidade na esfera de visibilidade dos *media* são importantes indicadores para se apreciar a qualidade da deliberação nas democracias atuais. Assim sendo, estas questões precisam ser examinadas empiricamente, por meio de estudos que empreguem métodos quantitativos e qualitativos, tais como análises de conteúdo e de discurso.

Não se deve supor, de maneira reducionista, que o sucesso de determinados atores ou de certos discursos no debate que se

desenrola na esfera de visibilidade dos *media* possa ser prontamente sintetizado em um conjunto de medidas classificatórias como índices de acesso, de tempo e de espaço a eles alocados. A oportunidade de falar não garante a efetividade daquilo que se diz. Para avaliar a qualidade democrática dos debates, torna-se fundamental ir além da observação da oportunidade de acesso e/ou a permanência de certas opiniões no ambiente mediático e verificar as relações que se estabelecem entre as “opiniões publicadas”, assim como as interações encetadas entre as fontes com proposições divergentes. Para tanto, faz-se necessário examinar os graus de reciprocidade e responsividade, de reflexividade e revisibilidade dos argumentos apresentados pelos interlocutores.

Investigar o papel desempenhado pelos próprios agentes da comunicação torna-se fundamental neste processo. Numa visão de conjunto, o vai-e-vem das trocas argumentativas nos *media*, por meio do qual os sujeitos tentam explicar seus pontos de vista e justificar suas premissas, modifica a qualidade do ambiente informativo. Esta é certamente uma variável importante para a constituição de sentidos compartilháveis na sociedade, o que não significa a concordância ou o acordo entre os atores e os grupos sociais que se envolvem no processo de deliberação ampliada. Os desdobramentos da deliberação mediada – os pesos relativos e a ressonância cultural de certos discursos junto ao público – compõem um processo complexo. A fim de determinar a qualidade dos debates públicos nas sociedades democráticas, pesquisas empíricas precisam ser desenvolvidas para que se apreendam as oportunidades e os obstáculos proporcionados pelo sistema dos *media*, evidenciando, de modo nuançado, graus variados das condições para a deliberação no próprio ambiente mediático.

Referências

BENHABIB, S. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, S. (ed.). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 67-94.

BENNETT et al. Political talk over here, over there, over time. *British Journal of Political Science*. v. 30, p. 99-119, 2000.

- BENNETT, W. L. et al. Managing public sphere: journalistic construction of the great globalization debate. *Journal of Communication*, 54, p. 437-454, 2004.
- BERINSKY, A. & KINDER, D. Making sense of issues through media frames: understanding Kosovo crisis. *The Journal of Politics*, a. 68, n. 3, p. 640-656, 2006.
- BLUMLER, J. G. & GUREVITCH, M. Rethinking the study of political communication. In: CURRAN, J. & GUREVITCH, M. *Mass media and society*. London: Arnold, 2000. p. 155-174.
- BOHMAN, J. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.
- _____. The division of labor in democratic discourse: media, experts, and deliberative democracy. In: CHAMBERS S. & COSTAIN, A. (eds.). *Deliberation, democracy and the media*. New York: Rowan & Littlefield Publishers, 2000. p. 47-64.
- _____. & REHG, W. (eds.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997.
- CHAMBERS, S. *Reasonable democracy*. Cornell: Cornell University Press, 1996.
- _____. Deliberative democratic theory. *Annual Review of Political Science*, v. 6, p. 307-326, 2003.
- CHONG, D. & DRUCKMAN, J. N. A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Communication*, n. 55, p. 99-118, 2007.
- COHEN, J. Procedure and substance in deliberative democracy. In: BENHABIB, S. (ed.). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 407-437.
- _____. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J. & REHG, W. (eds.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997. p. 67-92.
- COHEN, J. L. & ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CONOVER, P.; SEARING, D.; CREWE, I. The deliberative potential of political discussion. *British Journal of Political Science*, n. 32, p. 21-62, 2002.
- COOKE, M. Five arguments for deliberative democracy. *Political Studies*, n. 48, p. 947-969, 2000.
- CORREIA, J. C. *Jornalismo e espaço público*. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior, 2002.
- DALHGREN, P. 1995. *Television and the public sphere*. London: Sage, 1995.
- _____. The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*. v. 22, p. 147-162, 2005.

DAHLGREN, P. & SPARKS, C. *Communication and citizenship: journalism and the public sphere in the new media age*. London: Routledge, 1993.

DALBERG, L. 2002. Net-public sphere research: beyond the first phase. In: EURICOM COLLOQUIUM: ELECTRONIC NETWORKS AND DEMOCRACY, 14. Nijmegen, Netherlands, 2002.

DELLI CARPINI, M.; COOK F. L.; JACOBS, L. Public deliberation, discursive participation, and citizen engagement: a review of the empirical literature. *Annual Review of Political Science*, v. 7, p. 315-344, 2004.

DEWEY, J. *The Public and its problems*. Athens: Swallow Press, 1954.

DRYZEK, J. *Discursive democracy: politics, policy, and political science*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. & NOBRE, M. (orgs.) *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 41-62.

ETTEMA, J. Journalism as reason-giving: deliberative democracy, institutional accountability and the news media's mission. *Political Communication*, v. 24, p. 143-160, 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London: Arnold, 1995.

_____. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.

FISHKIN, J. *Democracy and deliberation*. New Haven: Yale University Press, 1991.

FISHKIN, J. & LASLETT, P. *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell, 2003.

GAMSON, W. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GAMSON, W. A. & MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, p. 1-37, 1989.

GANS, H. J. *Democracy and the news*. New York: Oxford University Press, 2003.

GASTIL, J. & LEVINE, P. *The deliberative democracy handbook: strategies for effective civic engagement in the 21st century*. San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

GHANEM, S. Filling the tapestry: the second level of agenda setting. In: McCOMBS, M.; SHAW, D.; WEAVER, D. (eds.). *Communication and democracy*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 3-14.

- GITLIN, T. *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GOMES, W. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUTMANN, A. & THOMPSON, D. *Democracy and disagreement*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- _____. Deliberative democracy and beyond. In: FISHKIN, J. & LASLETT, P. *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 31-53.
- GUTMANN, A. & THOMPSON, D. *Why deliberative democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004.
- GUREVITCH, M. & BLUMER, G. Political communication systems and democratic value. In: LICHTENBERG, J. (ed.). *Democracy and the mass media*. Cambridge: Mass, 1990.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Between facts and norms*. New Baskerville: MIT Press, 1996a.
- _____. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006b.
- KIM, J.; WYATT, R.; KATZ, E. News, talk, opinion and participation: the part played by conversation in deliberative democracy. *Political Communication*, v. 16, p. 361-385, 1999.
- MAIA, R. C. M. *Mídia e democracia deliberativa*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. [No prelo.]
- _____. A dinâmica da deliberação: indicadores do debate midiado sobre o referendo do desarmamento. *Contemporânea*, Salvador, v. 4, p. 13-44, 2006.
- _____. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. (orgs.). *Mídia.br*. p. 9-38. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MAIA, R. C. M.; MARQUES, A. C. S; MENDONÇA, R. F. Interações mediadas e a deliberação pública: a articulação entre diferentes arenas discursivas. In: PRIMO, A. et al. (orgs.). *Comunicações e interações*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- MANCINI, P. New frontiers in political professionalism. *Political Communication*, v. 16, p. 231-245, 1999.
- MANSBRIDGE, J. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.

- MARQUES, A. C. S. *O processo deliberativo a partir das margens: o Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias*. 2007. UFMG. Tese de Doutorado.
- MCCHESENEY, R. W. *Rich media, poor democracy: communication and politics in dubious times*. New York: The New Press, 1999.
- McCOMBS, M.; SHAW, D.; WEAVER, D. *Communication and democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory*. London: Lawrence Erlbaum Publishers, 1997.
- MCLEOD, D. & DETENBER, B. Framing effects of television news coverage of social protest. *Journal of Communication*, v. 49, p. 3-23, 1999.
- MCLEOD, J.; SCHEUFELE, D.; MOY, P. Understanding deliberation: the effects of discussion networks on participation in a public forum. *Communication Research*, v. 26, p. 743-774, 1999.
- MEYER, T. *Media democracy: how the media colonize politics*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- MOY, P. & GASTIL, J. Discussion networks, media use and deliberative conversation. *Political Communication*, v. 23, n. 4, p. 443-460, 2006.
- MUTZ, D. & MARTIN, P. Facilitating communication across lines of political difference: the role of mass media. *American Political Science Review*, v. 95, n. 1, p. 97-114, 2002.
- NEUMAN, R.; JUST, M.; CRIGLER, A. *Common knowledge: news and the construction of political meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- NEWTON, K. Mass media effects: mobilization or media malaise? *British Journal of Politics*, v. 29, p. 577-599, 1999.
- NORRIS, P. *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PAGE, B. *Who deliberates? Mass media in modern democracy*. London: University of Chicago Press, 1996.
- PAN, Z. & KOSICKI, G. M. Framing as strategic action in public deliberation. In: REESE, S. D.; GANDY JR., O. H.; GRANT, A. E. (eds). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2003. p. 35-66.
- PROTESS, D. L. & McCOMBS, M. (eds). *Agenda setting: readings on media, public opinion and policymaking*. New Jersey: Lawrence Publishers, 1991.

REESE, S. D.; GANDY JR., O. H.; GRANT, A. E. (eds). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2003.

REIS, R. A. & MAIA, R. C. M. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. *Famecos*, n. 30, p. 46-61, 2006.

SAVIGNY, H. Public opinion, political communication and the internet. *Politics*, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2002.

SANTIAGO, D. & MAIA, R. C. M. Entre o mercado e o fórum: o debate antitabagismo na cena midiática. *E-Compós*, p. 1-31, 2005.

SCHEUFELE, D. Framing as a theory of media effects. *Political Communication*, v. 49, p. 103-122, 1999.

_____. Talk or conversation: dimensions of interpersonal discussion and their implication for participatory democracy. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 2000, v. 77, p. 727-744, 2000.

_____. Examining differential gains from mass media and their implications for participatory behavior. *Communication Research*, v. 29, p. 46-65, 2002.

SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SHAPIRO, I. Optimal deliberation? *The Journal of Political Philosophy*, v. 10, p. 196-211, 2002.

SIMONS A. & XENOS, M. Media framing and effective public deliberation. *Political Communication*, v. 17, n. 4, p. 363-373, 2000.

TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

WILHEM, A. Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion. In: HAGUE, B. & LOADER, B. *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999. p. 154-178.